

AGRICULTURA SC

EDIÇÃO Nº 90 | JUNHO DE 2021



Wenderson Araujo/Titus - CMA



CULTURAS DE INVERNO

Santa Catarina e Rio Grande do Sul buscam solução para a escassez de grãos

Páginas 9 a 12

INTERNET

O CAMPO PRECISA SER MAIS DIGITAL

Páginas 4 e 5

SAÚDE E SEGURANÇA

A NOVA NR 31 E SEUS IMPACTOS NO CAMPO

Páginas 6 e 7

CIGARRINHA DO MILHO

GOVERNO E ENTIDADES ESTUDAM MEDIDAS DE COMBATE À PRAGA

Páginas 14 e 15

LEI DA INTEGRAÇÃO

UMA CONQUISTA QUE COMPLETA CINCO ANOS

Páginas 16 e 17

TODOS PELA INFRAESTRUTURA

José Zeferino Pedrozo - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (Faesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/SC)



Todas as lideranças econômicas e políticas de SC precisam priorizar de forma consistente as reivindicações que possam viabilizar investimentos na melhoria da infraestrutura barriga-verde. As prioridades catarinenses já foram reiteradamente apontadas pelo Conselho das Federações (Cofem), entre outras entidades de representação do setor produtivo, mas elas precisam constar – de forma clara – na planificação de investimentos do Governo Federal.

Cresce a cada ano, em face da insuficiência de investimentos públicos e privados, as deficiências infraestruturais. Recente estudo da Federação das Indústrias mostra que a necessidade de investimento é de cerca de 5 bilhões de reais ao ano. A bancada parlamentar catarinense no Congresso precisa estar atenta a essa demanda para conquistar fatias do orçamento geral da União que garantam essas obras.

A FAESC tem preocupação com a situação das regiões produtoras da agricultura, pecuária e agroindústria, onde as más condições de logística e transporte afetam diretamente os custos de produção e a competitividade catarinense no mercado nacional e no comércio exterior. Essas dificuldades –

associadas à acidentada topografia do território – criam condições as quais exigem grande esforço de superação, ou seja, encarecem a produção.

A melhoria da competitividade catarinense exige investimentos em todos os setores, mas, em particular, no sistema viário, incluindo as rodovias BR-282 (espinha dorsal do Estado), BR-470 (em lento processo de duplicação), BR-163 (essencial para o extremo-oeste), BR-153, BR-158, nacionalização da SC-283 (Itapiranga a Concórdia), além de portos e aeroportos.

Duas obras são essenciais e urgentes na fronteira Brasil/Argentina: a ampliação do Porto Seco de Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen e implantação da Aduana e construção de uma ponte sobre o Rio Peperi em Paraíso. O Porto Seco está em processo de privatização. Ainda no extremo-oeste, uma ponte é necessária entre Itapiranga (SC) e Barra do Guarita (RS), melhorando o fluxo rodoviário paralelo à fronteira internacional.

Dois projetos ferroviários são essenciais para manter em alta o nosso agronegócio: a ferrovia Norte-Sul, ligando o centro-oeste brasileiro ao oeste catarinense e, assim, assegurando o fluxo de grãos para

a agroindústria de aves e suínos; e a rodovia Leste-Oeste, integrando o oeste aos portos marítimos. De outra parte, a nossa indústria precisa de gasoduto para trazer gás da Argentina ou da Bolívia e abandonar de vez a queima de lenha.

O Ministério da Infraestrutura precisa ter essas prioridades inclusas em seu planejamento como pontos-chaves. Para o agro, as deficiências da infraestrutura se constituem em uma agrura atroz: são “fatores fora das porteiras” que derrubam grande parcela da eficiência da produção “dentro das porteiras”, prejudicando toda uma admirável estrutura de produção, formada pela extensa base produtiva no campo e um avançado parque agroindustrial, compondo um notável ambiente de produção e de negócios. São centenas de indústrias trabalhando direta ou indiretamente em sintonia com mais de 190 mil estabelecimentos rurais. Essa gigantesca máquina produtiva gera bilhões de dólares em riquezas exportadas e milhões de dólares em arrecadação tributária para os cofres do Estado e da União Federal.

Todos pela infraestrutura. Esse deve ser o bordão, o mantra de todos os catarinenses.



R. Delminda Silveira, 200 - Agrônoma, Florianópolis - SC, 88025-500 - Fone (48) 3331-9700
FAESC: facebook.com/FAESCSantaCatarina | SENAR/SC: facebook.com/SENARSC | www.SENAR.com.br

DIRETORIA DA FAESC 2019/2023: Presidente: José Zeferino Pedrozo, 1º vice-presidente Executivo: Enori Barbieri, 2º vice-presidente Executivo: Milton Graciano Peron, 1º vice-presidente de Secretária: João Francisco de Mattos, 2º vice-presidente de Secretária: João Romário Carvalho, 1º vice-presidente de Finanças: Antônio Marcos Pagani de Souza, 2º vice-presidente de Finanças: Wilson Antônio Verona
CONSELHO FISCAL: Efetivos: Rogério Pessi, Valdemar Zanluchi, Army Mohr, Suplentes: Fabrício Luiz Stefani, Dionísio Scharf e Luiz Sérgio Gris Filho. **VICE-PRESIDENTES REGIONAIS:** Extremo Oeste: Adelar Zimmer; Oeste: Ricardo Lunardi, Meio Oeste: Clemerson Pedrozo, Planalto Norte: Francisco Konkol, Planalto Serrano: Márcio Pamplona, Vale Do Itajaí: Lindolfo Hoepers, e Sul: Edegar Della Giustina. **DIRETORIA SENAR:** Presidente: José Zeferino Pedrozo, Superintendente: Gilmar Antônio Zanluchi. **CONSELHO ADMINISTRATIVO:** José Walter Dresch – FETAESC, Luis Sartor, Luiz Vicente Suzin – OCESC Daniel Kupper Carrara – Senar Administração Central, Gilberto Modesto da Silva, Ricardo de Gouvêa

– Agroindústria, Osvaldo Miotto Junior. **CONSELHO FISCAL:** Rita Maria Alves – Senar Administração Central, Maira Aparecida Nunes da Silva, Tatiane Mecabó Cupello – FAESC, Adílzio Pedro Pazetto, Valdeci de Andrade Pereira – FETAESC, Adriano da Cunha.

MB Comunicação: Jornalista Responsável: Marcos Antônio Bedin (Reg. Jornalista profissional MTB SC 0085-JP). Edição: Silvana Cuoichinski. Redação: Marcos Antônio Bedin, Alessandra Cristina Favretto, Lisiane Kerbes, Marciane Páz Mendes, Silvana Cuoichinski.

Diagramação / Impressão: COAN Indústria Gráfica
Tiragem: 5.500 exemplares.

SISTEMA OTIMIZA ANÁLISE DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

O agronegócio comemora mais uma conquista. O AnalisaCAR – Módulo de Análise Dinamizada do Cadastro Ambiental Rural, lançado no mês de maio, trará maior proteção ambiental conforme a legislação vigente e garantirá segurança jurídica ao produtor rural brasileiro.

A ferramenta foi lançada de forma on-line no mês de maio pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O evento reuniu autoridades dos governos federal e estadual, além de lideranças de várias entidades.

O presidente FAESC e vice-presidente de finanças da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

(CNA), José Zeferino Pedrozo, acompanhou o evento e destacou que a iniciativa representa um grande avanço para agilizar e otimizar os dados declarados no CAR, o que é essencial para promover a regularização ambiental. “Além da preservação do meio ambiente e da segurança jurídica, o CAR também possibilita um melhor planejamento econômico e ambiental do uso e ocupação do imóvel rural, entre outros benefícios”.

O presidente da CNA, João Martins, enfatizou a importância do CAR como maior banco de dados ambiental do mundo que permitiu um real diagnóstico sobre o uso do solo no Brasil, além de identificar os ativos e passivos ambientais frente às obrigações do Código Florestal.



“Além da preservação do meio ambiente e da segurança jurídica, o CAR também possibilita um melhor planejamento econômico e ambiental do uso e ocupação do imóvel rural, entre outros benefícios.”

José Zeferino Pedrozo, presidente da FAESC e vice-presidente de finanças da CNA



A ferramenta foi lançada de forma on-line no mês de maio pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

ANALISACAR

Com tecnologias de sensoriamento remoto, o AnalisaCAR pode processar a análise de milhares de cadastros simultaneamente. A ferramenta permite aos estados a qualificação da base de dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que já conta com mais de 6 milhões de registros.

A ferramenta foi desenvolvida pelo SFB e pela Universidade Federal de Lavras em conjunto com os estados. A análise dos dados declarados no CAR é essencial para a implantação efetiva do Código Florestal Brasileiro. A competência para implantação do Código Florestal é das unidades federativas e cabe ao SFB, como órgão coordenador da política a nível nacional, proporcionar suporte e buscar meios para dar celeridade a este processo.

Com a análise, os produtores rurais que estiverem com déficit de vegetação poderão iniciar a regularização ambiental de seus imóveis e quem tiver excedentes de vegetação poderá acessar os benefícios da conservação ambiental, como as Cotas de Reserva Ambiental e outras modalidades de Pagamentos por Serviços Ambientais.

O módulo de Análise Dinamizada fará cruzamentos automatizados que verificarão as informações geográficas declaradas pelo proprietário rural e apontarão a situação de regularidade ambiental dos imóveis em relação às áreas de preservação permanente (APP), de reserva legal (RL) e de uso restrito (AUR), e, quando for o caso, da localização de excedentes de vegetação nativa.

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, observou que a implementação efetiva do Código Florestal contribuirá para que o crescimento da produção agrícola ocorra em sinergia com a conservação ambiental.

O CAMPO PRECISA SER MAIS DIGITAL

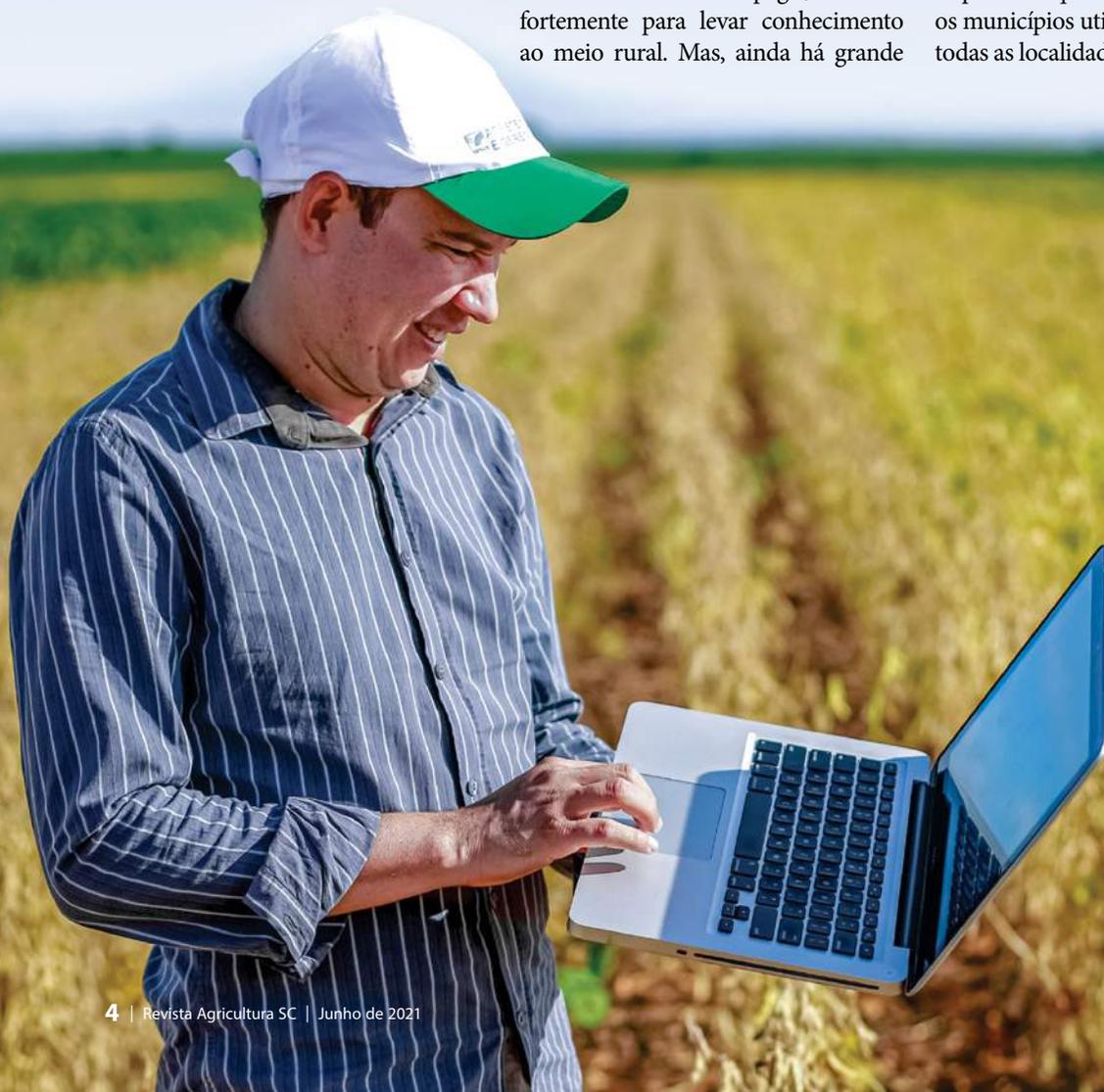
Existem tecnologias capazes de transformar propriedades rurais, mas ainda há grandes contrastes. Muitas comunidades ainda não têm acesso a uma ferramenta básica: a internet

O acesso ao mundo digital vem crescendo cada vez mais e a tendência é que se intensifique nos próximos anos, o que aumenta a necessidade de mudanças no processo de gestão rural. Segundo o estudo mais recente sobre o assunto (Censo agropecuário 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), a internet no campo cresceu 1.900% entre 2006 e 2017, mas ainda assim, cerca de 70% das propriedades rurais do País ainda não possuem acesso à rede naquele período.

Embora não existam estudos novos sobre o assunto, ainda há muito para evoluir na questão da internet no meio rural. “É uma bandeira que defendemos. Temos assistência técnica e levamos constantemente a gestão para as propriedades rurais. Nós, do sistema FAESC/SENAR-SC e os órgãos do Governo como a Epagri, atuamos fortemente para levar conhecimento ao meio rural. Mas, ainda há grande

percentual de produtores sem acesso à internet. Temos experiências de filhos de produtores que sobem o morro para acessar à rede porque na sua comunidade não funciona. O orçamento do Governo prevê levar internet ao produtor que ainda não tem acesso a essa tecnologia tão importante para gerenciar melhor a sua propriedade”, destaca o presidente do sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo.

Entre as consequências disso está a questão da emissão da nota fiscal eletrônica do produtor que é uma exigência que vem sendo adiada pela Secretaria da Fazenda. “Isso acontece porque há consciência sobre a falta de internet em muitas localidades. Santa Catarina é referência em tantas inovações. Agora, o que mais precisamos é que o Estado avance também nesse aspecto tão importante que é criar condições para os municípios utilizarem a internet em todas as localidades”, observa Pedrozo.



DESAFIOS DA INOVAÇÃO

Na visão do superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, o mundo vive uma nova era dos grandes desafios que serão enfrentados na inovação. “Tivemos em um momento a mecanização, seguida pela automação e agora a informatização. Hoje não basta apenas produzir! É necessário produzir, gerenciar e atender às demandas tão necessárias do dia a dia. Para isso, temos que contar com a informatização como instrumento de trabalho. O nosso grande pleito é fazer com que a internet esteja disponível a todos os estabelecimentos produtivos para otimizar tempo e economizar recursos.

Todo o estabelecimento agropecuário precisa ter visão empreendedora porque precisa estar de olho na legislação vigente”.

Pedrozo complementa que as propriedades hoje são reconhecidas como empresas rurais. “Além da necessidade de internet para que o produtor busque conhecimento sobre as diversas tecnologias disponíveis no mercado, a rede é fundamental para operar boa parte dessas tecnologias. Afinal, hoje existem diversos aplicativos de gestão de propriedades, entre outras ferramentas, que dependem da internet para operar. Além disso, a rede mundial de

computadores conquistou um papel ainda mais importante em tempos de pandemia, tanto para concretizar negócios quanto para participar de cursos e eventos, bem como para facilitar a comunicação”.

As atividades de educação a distância que incluem o curso técnico em agronegócio e aulas online no programa Jovem Aprendiz Cotista são realizadas com êxito pelo SENAR/SC. “E isso só é possível porque existe a internet. Mas, o sucesso seria ainda maior se todos pudessem aproveitar oportunidades como essas”, realça o presidente da FAESC.

“O orçamento do Governo prevê levar internet ao produtor que ainda não tem acesso a essa tecnologia tão importante para gerenciar melhor a sua propriedade”

José Zeferino Pedrozo, presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC

ESTADO BUSCA CONECTIVIDADE

No mês de março deste ano, o secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Altair Silva, apresentou a demanda de melhoria da internet no campo catarinense para o secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Vitor Mezezes, em Brasília. No encontro, o secretário catarinense solicitou aporte de recursos para o acesso

pleno de internet no campo, visando ampliar os mercados e melhorar a gestão das propriedades.

Santa Catarina pretende reduzir ainda os custos de aluguel de postes para levar internet via fibra óptica ao campo. Segundo informações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é possível regulamentar essas ações em um trabalho conjunto entre As-

sembleia Legislativa e Governo do Estado. A conectividade será também uma das linhas atendidas pelo novo SC Rural, programa que está sendo negociado junto ao Banco Mundial.

“Estamos otimistas e esperamos que, em breve, a conectividade de qualidade seja uma realidade em todas as localidades do meio rural”, conclui Pedrozo.

A NOVA NR 31 E SEUS IMPACTOS NO CAMPO

Em 27 de outubro de 2020 foi publicada a Portaria 22.677 que trata da nova Norma Regulamentadora 31. O texto foi aprovado em consenso pelos membros da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), que inclui representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal. Com isso, produtores rurais, empregadores, trabalhadores, fiscais do trabalho, operadores do direito, entre outros, têm novas regras e orientações sobre segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura.

A norma entra em vigor no dia 27 de outubro de 2021. Seu texto foi redigido de forma mais clara e sim-

plificada para facilitar a compreensão e evitar interpretações equivocadas quanto ao real alcance da norma reguladora. A atualização está em conformidade com a evolução dos processos produtivos, inovações tecnológicas e eventuais riscos gerados à segurança e à saúde dos trabalhadores no meio rural.

Com o texto atualizado os representantes dos produtores rurais esperam que sejam evitadas uma série de atuações injustas, lavradas com base em outras NRs, as quais foram criadas em observância às peculiaridades do meio urbano e que não guardam praticamente nenhuma relação com a realidade vivida no campo.



NR 31 traz novas regras e orientações sobre segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura

MAIS CLARA E ACESSÍVEL

Segundo o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo, durante os anos de vigência da NR 31 ocorreram dúvidas na sua interpretação, além de muitas obrigações incompatíveis com a realidade do campo. “No processo de revisão, manteve-se a segurança dos trabalhadores, mas com uma linguagem mais clara e acessível - fatores que simplificam o processo. A nova NR 31 foi pensada de acordo com sua aplicabilidade na prática e sua conformidade com a realidade daqueles que labutam no campo”.

No novo texto foram feitas adequações voltadas à realidade atual do

meio rural com uma reorganização geral da normativa, reduzindo de 23 para 17 capítulos. Com a atualização, regras impossíveis de serem cumpridas foram revistas, exigências pertinentes foram adequadas para serem cumpridas de forma factível, bem como procedimentos foram aperfeiçoados como, por exemplo, o importante critério de dupla visita, que é a notificação de regularização antes da lavratura da multa por meio da fiscalização.

“O texto anterior era bastante técnico, o que dificultava o entendimento. Por isso, trabalhamos para a simplificação dos termos, mas sem simplificar o conteúdo ou diminuir

a segurança do trabalhador rural”, destaca Clemerson Pedrozo, assessor jurídico da FAESC e membro da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). “Fizemos muitas visitas técnicas em diferentes regiões e atividades do Estado de Santa Catarina e do País para identificar situações e poder compatibilizá-las com os objetivos que deram origem à norma, o que irá traduzir-se em segurança jurídica, menos autuações injustas, além do objetivo principal que sempre será o da plena segurança e saúde para aqueles que trabalham no campo”, reforça.

NORMA ATENDE PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES

A nova NR 31 traz orientações que melhor atendem aos pequenos e médios produtores, como por exemplo, possibilidade de utilização de moradias como alojamentos, mudanças nas regras de distanciamento de construções para armazenamento de defensivos agrícolas, entre outras.

Ainda, a nova NR 31 autoriza a criação do Programa de Gerenciamento de Risco no Trabalho Rural (PGRTR) - ferramenta gratuita que auxiliará os pequenos e médio produtores rurais com até 50 empregados. O programa será revisto a

cada três anos. Outra novidade é a possibilidade da utilização da modalidade Ensino a Distância (EaD) em treinamentos teóricos, o que confere mais capilaridade às capacitações e resulta na redução de 70% do custo, o equivalente a R\$ 1,6 bilhão a cada dois anos.

No SENAR/SC, a legislação do trabalho está presente no catálogo de treinamentos da entidade há bastante tempo, como por exemplo, os cursos de apresentação da NR 31, de aplicação de agrotóxicos, de segurança no trabalho em máquinas, equipamentos

e implementos agrícolas, entre outros. “Com a atualização da legislação, em especial da NR 31, iniciamos criteriosa análise das mudanças na norma, que impactam diretamente nos diversos eventos promovidos pela entidade. Manter atualizado o amplo e diversificado catálogo de cursos é um desafio a que estamos atentos e comprometidos, sempre visando deixar o produtor e o trabalhador rural informados e aptos para exercerem o seu mister”, destaca o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi.

“Trabalhamos para a simplificação dos termos, mas sem simplificar o conteúdo ou diminuir a segurança do trabalhador rural”.

Clemerson Pedrozo, assessor jurídico da FAESC e membro da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da CNA

SEUS BUSCAM SOLUÇÃO PARA A ESCASSEZ DE GRÃOS

A redução da dependência do milho e a queda de custos de produção de aves, suínos e gado leiteiro estão entre as prioridades dos criadores e das agroindústrias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Com uma cadeia produtiva de proteína animal em plena expansão a iniciativa ganhou ainda mais força com a união de lideranças catarinenses e gaúchas na busca por alternativas para aumentar o fornecimento de insumos.

Santa Catarina tem um déficit anual de quase 5 milhões de toneladas de milho e o Rio Grande do Sul, igualmente, importa 4 milhões de toneladas/ano, o que representa uma demanda de 9 milhões de toneladas que os dois Estados do extremo sul precisam buscar em outros mercados, do País ou do exterior.

O objetivo é apostar em novos cultivares de cereais de inverno no Sul do País, incentivando os produtores rurais a investirem no plantio de trigo, triticale, centeio, aveia e cevada. O andamento do projeto que envolve a Embrapa nas duas Unidades – Concórdia (SC) e Passo Fundo (RS) – vem sendo discutido e está ganhando forma com a parceria de lideranças dos dois estados e apoio de lideranças nacionais.

Em recente encontro da FAESC, FARSUL e Secretaria da Agricultura de SC na sede da Em-

brapa Suínos e Aves, em Concórdia, o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, realçou que a união de esforços dos dois estados para reduzir a escassez de milho encontrou amparo na pesquisa. Segundo ele, a única matéria-prima que sempre será difícil é o precioso cereal milho.

“Da mesma forma que outros países, nós temos que encontrar o sucessor deste grão. A Inglaterra tem uma variedade de trigo especialmente para rações de animais. Com o tempo chegaremos lá. Assim como o Brasil segue dando lição de produtividade nas suas novas fronteiras agrícolas e está se transformando em um dos maiores produtores de grãos do mundo, também encontraremos cereais que se adaptam à nossa realidade do sul do País, ou seja, cereais que substituam o milho – grão que temos dificuldades em produzir”.

O presidente da FAESC reforçou, ainda, que o projeto envolvendo os dois estados será a solução para esse grave problema. “Iniciamos esse movimento em Santa Catarina, mas existem limites territoriais e o Rio Grande do Sul tem essa potencialidade. Com engajamento das lideranças do agro dos dois estados e com a participação da agroindústria nacional, que é parceira desse programa, teremos em médio prazo uma solução”.

EXPRESSÃO



5 milhões
de toneladas de milho
é o déficit anual em SC



4 milhões
de toneladas/ano
é a quantidade
importada pelo RS



9 milhões
de toneladas de milho é o
volume que os dois Estados
do extremo sul precisam
buscar em outros mercados

O objetivo é apostar em novos cultivares de cereais de inverno no Sul do País, entre eles, o trigo



Encontro em Concórdia oportunizou às lideranças conhecerem a estrutura da Embrapa Suínos e Aves

INCENTIVO AO PLANTIO DE CEREAIS DE INVERNO

O secretário de Estado de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural de SC, Altair Silva, ressaltou que em SC foi criado o Projeto de Incentivo ao Plantio de Cereais de Inverno Destinados à Produção de Grãos, que subvenciona 50% do valor das sementes de cereais de inverno destinadas à fabricação de ração. Na outra ponta, a Embrapa Suínos e Aves, em conjunto com a Embrapa Trigo, está trabalhando no desenvolvimento de cultivares adaptados para a produção de cereais voltados à fabricação de ração. São passos importantes para diversificarmos ainda mais a economia dos dois estados”.

Em Santa Catarina, a Secretaria da Agricultura está investindo R\$ 5 milhões para incentivar o cultivo de cereais de inverno. Com o Projeto de Incentivo ao Plantio de Cereais de Inverno Destinados à Produção de Grãos, os produtores receberão uma subvenção de R\$ 250 por hectare efetivamente plantado com trigo, triticale, centeio, aveia e cevada, em um limite de 10 hectares por agricultor. A



Lideranças do agro de SC e RS se unem para estimular o plantio de cereais de inverno na região

intenção é ampliar em 20 mil hectares a área cultivada em todo o estado na safra 2020/2021.

Todo esse movimento para apoiar o plantio de cereais de inverno tem como objetivo reduzir a dependência de milho e os custos de produção, além de trazer mais uma alternativa de renda para os produtores rurais e mais com-

petitividade para a cadeia produtiva de carnes. “O déficit de milho é um desafio que Santa Catarina tem enfrentado e as alternativas estão aí. Estou animado com esse movimento que o Rio Grande do Sul vem fazendo, de incentivo à produção de alimentos alternativos, e tenho certeza que isso fortalecerá toda a nossa produção no Sul”, ressalta Altair Silva.

Foto: Vínculo/Eduardo Schneider / Divulgação

MOMENTO ÍMPAR PARA O AGRO

O presidente da FARSUL, Gedeão Pereira, realçou que o momento é ímpar para o agronegócio brasileiro devido às grandes demandas e crescimento de consumo no mundo todo. “O Brasil, com uma das maiores agriculturas do mundo, se apresentou na comunidade internacional como solução de problemas, pois cada vez mais a demanda pelos nossos produtos é maior e estamos aprendendo a produzir quantidade e qualidade para chegarmos com um made in Brasil com muita qualidade. Os três estados do sul são grandes produtores de proteína animal. E nós do RS e SC nos deparamos com um problema sério de falta de milho”, observou.

Gedeão Pereira ressaltou, ainda, que o Brasil é um produtor crescente deste cereal, que está remunerando bem o produtor, mas a produção está voltada para a logística exportadora via arco norte e Porto de Santos, o que está trazendo dificuldade principalmente para SC e RS. “Quando fizemos um le-

vantamento, detectamos que o Paraná praticamente dobrou a sua suinocultura e avicultura nos últimos anos enquanto RS e SC pararam. Mas, por que pararam? Por falta do milho! Descobrimos que o Rio Grande do Sul, que é uma nova fronteira agrícola brasileira, tem apenas 1,09 safra por ano enquanto o Brasil Central está com duas”.

Mas, por que existe essa limitação? “Porque plantamos 6 milhões de hectares de soja e no inverno plantamos apenas 1 milhão e 100 mil hectares de trigo, que é o cereal de inverno. E a nossa possibilidade para duas safras está em cima dos cereais de inverno. Então estamos nos socorrendo às nossas Embrapas que têm todos os pacotes tecnológicos que precisamos. Estamos usando quatro Embrapas que estão com pacotes tecnológicos para oferecer tanto para o crescimento de grãos para suíno e frango como também um outro problema que está surgindo no RS que está fazendo com que a pecuária de

corde esteja diminuindo de tamanho”, esclareceu.

Segundo o superintendente do SENAR/RS, Eduardo Condorelli, esta é uma oportunidade excelente de agregação de renda para o setor produtivo dos estados do Sul. “Precisamos estar organizados para enfrentar o desafio, que não é tão grande assim, pois temos área, infraestrutura e tecnologia. Nosso papel é dar voz ao que a Embrapa desenvolve, pois é aqui que encontramos a solução”, enfatizou.

Enquanto a Embrapa Trigo, de Passo Fundo, trabalha no desenvolvimento das cultivares de cereais de inverno, a Embrapa Suínos e Aves analisa o uso desse material na alimentação de suínos e aves. “A nossa missão é a de gerar as soluções que a cadeia produtiva precisa. Estamos aqui para atuar em conjunto com o Estado, as cooperativas e os produtores em busca do que o produtor precisa”, afirmou a chefe geral da Embrapa Suínos e Aves, Janice Zanella.

AGRICULTURA PUXA O CRESCIMENTO

Apesar da pandemia e das incertezas políticas e fiscais, a economia brasileira deve crescer 4% este ano, de acordo com projeções de várias consultorias e instituições. Mais uma vez, a agricultura e o agronegócio – em razão da combinação de alta dos preços de commodities, de taxa de câmbio desvalorizada e de expansão do comércio mundial – darão uma sustentação mínima à atividade econômica no Brasil neste ano.

O cenário para o balanço de pagamentos também está se tornando mais positivo. O fluxo de moeda estrangeira para o Brasil começa a se recuperar, favorecendo, pela primeira vez desde fins de 2020, uma tendência de queda da cotação do dólar

ante o real. O “boom” de commodities também aumenta a renda em algumas regiões do País, como a fronteira agrícola, e cria um efeito de riqueza com a alta de ações na bolsa.

Esse é o cenário que os economistas chamam de “reflação”, ou seja, uma convergência dos níveis de inflação muito baixa dos últimos anos nos Estados Unidos para mais próximos do percentual desejado, na casa dos 2%.

As commodities são também um ativo financeiro e, por isso, respondem a outros fatores além de fundamentos econômicos. As commodities são uma forma de proteção contra a inflação. No caso das commodities agrícolas, há restrições na oferta, devido a eventos climáticos

que limitaram a produção de grãos nos Estados Unidos e no Brasil. Além disso, a demanda aumentou durante a pandemia, quando as famílias trocaram o consumo de serviços por alimentação.

Os preços das commodities são muito importantes para o PIB brasileiro: se as cotações sobem num trimestre, a atividade econômica responde já no trimestre seguinte e continua reverberando por algum tempo, antes de se dissipar completamente. É um enorme ganho de renda para a economia brasileira. O aumento do emprego formal nas localidades que produzem produtos para exportação é o dobro das demais regiões do País.

ESTRATÉGIAS PARA COMBATER A ESCASSEZ DO MILHO

A busca por volume e qualidade na produção de alimentos faz com que Santa Catarina tenha acesso aos mercados mais exigentes do mundo, se tornando peça chave para o agronegócio. Atualmente, o Estado é o maior produtor nacional de suínos e maçã, o segundo maior produtor de aves e arroz, o quarto maior produtor de leite, além de se destacar em outras atividades.

Porém, alguns desafios têm colocado em risco a produtividade das agroindústrias e a atividade dos produtores rurais, como a escassez do milho e a falta de uma logística adequada para a importação de grãos. Com o objetivo de apresentar o cenário e trazer novas perspectivas sobre o assunto, o Sistema FAESC/SENAR-SC promoveu palestra virtual no fim de maio.



Intitulada como “Mercados de grãos e perspectivas do agronegócio”, a palestra foi ministrada pelo economista Paulo Roberto Molinari. O evento foi coordenado pelo presidente do Sistema

Faesc/Senar-SC, José Zeferino Pedrozo. Diretores e colaboradores da entidade, representantes de sindicatos, produtores rurais, técnicos e profissionais interessados no assunto estiveram presentes.

FATORES QUE INTERFEREM NA PRODUÇÃO DE MILHO E SOJA

Molinari citou alguns pontos fundamentais que interferem diretamente na produção de milho e soja. Primeiro citou a Peste Suína Africana (PSA) e a pandemia da covid-19, doenças que geraram mudanças significativas no mercado internacional de suínos e bovinos e contribuíram com a diminuição das importações.

“O plantel de suínos na China está se recuperando bem, os preços internos da cadeia da suinocultura estão voltando aos níveis de 2018. Isso não quer dizer que a China vai parar de importar, mas o ápice de compras de carne suína por parte da China passou”, destacou o palestrante.

Molinari também mencionou a influência da taxa de câmbio. “No ano passado, os governos despejaram dinheiro na economia, diminuíram as taxas de juros como nunca fizeram na história econômica global para evitar uma depressão em função da pandemia. Isso pode gerar inflação. O pró-

ximo passo dos bancos centrais será elevar as taxas de juros e essa elevação valoriza o dólar no mercado internacional e, conseqüentemente, desvaloriza o real”, explicou.

Outro fator importante e de grande influência é o clima, que sofre a interferência do fenômeno La Niña. Esse evento climático provoca a formação de secas. Por isso, ainda que chova nos próximos dias, seria insuficiente para mudar o cenário e solucionar a escassez dos grãos. Devido a fatores climáticos, Molinari estima que neste ano a safinha de milho deve ter queda de 40% a 50% em relação ao ano anterior.

Para driblar este cenário, Molinari sugeriu mais atenção ao plantio nos Estados Unidos, ao abastecimento do milho no primeiro semestre de 2022 e à demanda geral chinesa. “A safinha brasileira tem uma queda imensa. Isso não traz um problema imediato. Na pior das hipóteses, em julho, agosto e

setembro entra 60 milhões de toneladas de milho, mas precisamos pensar no primeiro semestre de 2022. Não é porque você é um pequeno ou um grande produtor de milho e de soja que você não tem que ter estratégias. O setor precisa mudar a sua concepção ou ficará desabastecido”, explanou.

O presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC ressaltou que o agronegócio catarinense se destaca no cenário nacional com 31% do Produto Interno Bruto (PIB) e cadeias produtivas organizadas, fatores que permitem acesso aos mercados mais exigentes do mundo, mas é necessário resolver os gargalos existentes. “Discutir o mercado de grãos e perspectivas do agronegócio no País é fundamental para avaliarmos o cenário nacional e buscarmos alternativas e parcerias para solucionar o problema da falta de insumos que afeta a cadeia produtiva de proteína animal em nosso Estado”, observou.



Segundo informações da Epagri/Ciram, das 34 estações hidrológicas de monitoramento de nível de rios no Estado, 20 apresentam situação de estiagem

GOVERNO DO ESTADO OFERECE LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS

Com o Água para Todos, os produtores têm acesso a financiamentos sem juros para construção de sistemas de captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água, com a finalidade de dessedentação humana e animal e irrigação. Os investimentos podem ser individuais, em um limite de R\$ 40 mil por família, ou coletivos, de até R\$ 200 mil, com cinco anos de prazo para pagar. As famílias em situação de vulnerabilidade social e renda terão condições diferenciadas.

A Secretaria da Agricultura possui ainda outra linha de crédito sem juros

para apoiar as ações de isolamento e recuperação de mata ciliar, proteção e recuperação de nascentes, terraceamento e cobertura de solo. O Cultivando Água e Protegendo o Solo traz financiamentos de até R\$ 15 mil, com cinco anos de prazo para pagar e cada parcela paga em dia terá um desconto de 30%.

Segundo o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, os sistemas de captação e conservação de água se tornaram fundamentais para os estabelecimentos rurais devido à escassez de água. “Esses investimentos são essenciais, especialmente para o

produtor que se dedica à avicultura, suinocultura e pecuária leiteira. Temos visto que, a cada ano, crescem as dificuldades para obtenção e reservação de água para dessedentação de pessoas e dos animais”, ressalta.

Para buscar um volume maior de recursos, os produtores rurais podem recorrer ao Investe Agro SC. Nesse programa, a Secretaria da Agricultura oferece a subvenção aos juros de financiamentos contratados com agentes bancários, em um limite de até R\$ 100 mil, com oito anos de prazo para pagar e subvenção de juros de até 2,5% ao ano.

ESTIAGEM EM SANTA CATARINA

Segundo informações da Epagri/Ciram, das 34 estações hidrológicas de monitoramento de nível de rios no Estado, 20 apresentam situação de estiagem. A previsão para os meses de junho e julho é de chuva abaixo da média histórica devido à atuação do fenômeno La Niña.

ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA OS PRODUTORES

A Secretaria da Agricultura recomenda aos produtores rurais que procurem apoio nos escritórios municipais da Epagri. Os técnicos poderão orientar quais práticas, tecnologias e políticas públicas podem ser aplicadas para minimizar os prejuízos e enfrentar os períodos de pouca chuva. É importante também que os agricultores acompanhem as previsões meteorológicas da Epagri/Ciram e façam o planejamento para ampliar a reserva de água no solo ou em cisternas. Ana Ceron/ Assessoria de imprensa da Secretaria da Agricultura.

GOVERNO E ENTIDADES ESTUDAM MEDIDAS DE COMBATE À PRAGA

O trabalho feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para identificar os materiais tolerantes a cigarrinha do milho, já aprovados e comercializados no Brasil, foi destaque, recentemente, durante o Seminário promovido pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Aliado a isso, foi divulgada uma cartilha com orientações sobre manejo e enfezamentos na cultura do milho. O evento foi um pedido da FAESC para a comissão de grãos da CNA.

A planilha contempla 652 cultivares classificadas após avaliação em campo de acordo com sua tolerância que varia de 1 (muito baixa) a 9 (alta). Os materiais confirmados como altamente tolerantes (9) a cigarrinha foram 22 cultivares.

O vice-presidente da FAESC, Enori Barbieri, considera um avanço para o setor. “Nossas lavouras de milho no sul do País foram fortemente castigadas pela seca e pela praga da cigarrinha. A estimativa é que a safra catarinense 2020/21 chegue, no máximo, a 1,5 milhão de toneladas – 1,2 milhão a menos que o previsto. Para se ter uma ideia, SC terá que importar cerca de cinco milhões de toneladas de milho no ano, o que também impactará nos custos de produção das agroindústrias”.

Segundo Barbieri, com a possibilidade de optar por cultivares que possuem bons níveis de resistência aos enfezamentos, o produtor poderá plantar mais de uma cultivar, além de

fazer rotação para evitar a quebra de resistência. “Além disso, a cartilha é um documento fundamental para que o produtor possa planejar a próxima safra e garantir os melhores resultados”.

O ano é de preços elevados de milho, o que pode trazer problemas de desabastecimento regionais no mercado interno. “Estamos muito preocupados com o futuro do produtor e com a indústria de proteína animal. As medidas recém-apresentadas ajudarão a evitar mais perdas em função da falta de manejo adequado e do controle eficaz desta praga que vem trazendo enormes prejuízos em SC e outras regiões do País. No entanto, não podemos parar por aí. Precisamos continuar pensando em políticas públicas que melhorem a logística, seu destino e remuneração do produtor”.

Barbieri destaca, ainda, que apesar das complicações que estão havendo, como seca e cigarrinha, é importante que os produtores mantenham essa oportunidade que conquistaram de fornecer para a indústria consumidora de milho. Dessa forma, podem fazer rotação de cultura, ou seja, um ano plantar milho e no outro plantar soja. Isso faz parte das práticas agronômicas que possibilitam aumento de produtividade”, conclui Barbieri.

Acesse a lista completa dos cultivares resistentes à praga da cigarrinha que está disponível em:



MANEJO DA CIGARRINHA E ENFEZAMENTOS NA CULTURA DO MILHO



A cartilha do MAPA sobre Manejo da cigarrinha e enfezamentos na cultura do milho pode ser conferida no link:



Planilha do MAPA contempla 652 cultivares de milho classificadas após avaliação em campo de acordo com sua tolerância.

UMA CONQUISTA QUE COMPLETA CINCO ANOS

Reconhecida como uma grande conquista que estabeleceu direitos e deveres aos produtores rurais e agroindústrias, a Lei da Integração (Lei 13.288/2016) completou cinco anos no dia 16 de maio. O marco regulatório criou condições para que integrados participassem da negociação com integradores de maneira igualitária. “Foi um avanço histórico para o setor produtivo, pois a iniciativa trouxe equilíbrio e transparência nas negociações”, enfatiza o presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC, José Zeferino Pedrozo.

A lei dispõe sobre os contratos de integração vertical nas atividades agrossilvipastoris, estabelecendo obrigações e responsabilidades gerais aos produtores integrados e os integradores. Também instituiu mecanismos de transparência na relação contratual e oportunizou criar fóruns nacionais de integração e as Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADECs) ou similares.

As mudanças trazidas pela lei aos produtores e às indústrias devem ser cumpridas por todos os integrados e integradores, exceto cooperativas e cooperados que já contavam com uma legislação específica. Entre as principais novidades trazidas pela lei está a criação de parâmetros mínimos para os contratos, ou seja, a medida prevê que alguns conteúdos obrigatórios constem nos contratos, como por exemplo, a qualidade dos insumos fornecidos e dos produtos finais entregues. Outros aspectos importantes estão relacionados com a maior transparência na relação contratual com a criação do Relatório de Informações de Produção Integrada (RIPI) e o Documento de Informação Pré-Contratual (DIPC), além da clareza na forma de pagamentos, responsabilidades e obrigações para os contratantes, dentre outras questões.



Fotos: Wenderson Araujo Triluz/CNA, arquivo Aurora Alimentos e Cristiano Estrela/Secom





RIPI E DIPC

Segundo Pedrozo, o RIPI e o DIPC representam importantes mecanismos de diálogo e transparência no processo que envolve produtores e indústrias.

O RIPI é um demonstrativo que deve ser entregue ao produtor integrado pela integradora visando dar transparência aos resultados de desempenho do lote entregue à indústria. Trata-se da base para o cálculo do pagamento que será efetuado ao produtor. Com esse relatório o integrado conhecerá seus resultados técnicos, a qualidade dos insumos fornecidos pela integradora, além de expressar o valor exato que deve receber. Dessa forma, as CADECs, a FAESC e os Sindicatos Rurais analisam as informações constantemente para a gestão e fiscalização coletiva dos contratos de integração.

O DIPC reúne as informações necessárias, como parâmetros técnicos e econômicos envolvidos em um ciclo de criação ou safra agrícola utili-

zados para o cálculo de viabilidade de um projeto de financiamento.

Como a produção integrada é dinâmica e vive em constante inovação tecnológica, o DIPC deve ser validado pelas CADECs periodicamente. As informações atualizadas serão utilizadas no projeto de expansão, atualizações tecnológicas e adequações estruturais de instalações ou equipamentos. A gestão coletiva dos contratos e resultados da integração é a maneira eficiente para colocar em prática a transparência e o equilíbrio contratual assegurados de maneira objetiva pela Lei da Integração. O Sistema FAESC/SENAR-SC reforça que, com suas CADECs, oferece todo apoio aos produtores rurais integrados nas cadeias da avicultura, suinocultura e fumicultura no Estado. O objetivo é fortalecer essas atividades com estrutura técnica e jurídica gratuita. Atualmente, mais de 90% da produção de aves de suínos de Santa Catarina ocorrem a partir da integração.



CADECS

Criada pela Lei da Integração (Lei 13.288/2016) para promover a transparência na relação contratual entre produtores integrados e agroindústrias, as CADECs têm como objetivos a elaboração de estudos e análises relacionados às cadeias produtivas e ao Contrato de Integração Vertical; o acompanhamento e apreciação dos padrões mínimos de qualidade exigidos para os insumos e produtos objetos do contrato; o estabelecimento de sistemas de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos encargos e obrigações dos contratantes; o esclarecimento de dúvidas e solução de litígios entre os produtores integrados e a integradora;

a definição de requisitos técnicos e financeiros a serem empregados na atualização de indicadores agropastoris e a formulação de um plano de modernização tecnológica da integração.

Pedrozo explica que as CADECs em Santa Catarina estão sendo orientadas, assessoradas e fortalecidas pelo Sistema FAESC/SENAR-SC em parceria com os Sindicatos Rurais. “Estamos capacitando os produtores, prestando assessoria técnica e treinando-os gratuitamente para definirem estratégias, participarem das negociações diretamente com as agroindústrias e alcançarem melhores resultados em conjunto”, conclui.



FÓRUM PERMANENTE DO AGRO CATARINENSE ADERE AO AGRO FRATERO

O Agro Fraternal, programa que arrecadará alimentos para doação às famílias mais necessitadas e afetadas pela pandemia da covid-19, foi foco de reunião, recentemente, em Florianópolis. O encontro reuniu representantes do Fórum Permanente do Agro Catarinense formado pelas seguintes organizações: FAESC, Organização das Cooperativas (OCESC), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAESC), Federação das Cooperativas Agropecuárias (FE- COAGRO), Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados (SINDICARNE), Associação Catarinense de Avicultura (ACAV) e Secretaria de Estado da Agricultura da Pesca e do Desenvolvimento Rural.

O Agro Fraternal é um movimento nacional liderado pelo Sistema CNA/SENAR, pela ministra da Agricultura Tereza Cristina, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), pelo Instituto Pensar Agro (IPA) e outras entidades do setor. O programa é voltado à participação de produtores, empresas e entidades ligadas ao setor, que podem fazer a adesão de forma voluntária. As doações são livres e podem ser feitas com cestas básicas, recursos ou alimentos, de acordo com a opção dos doado-

res. Cada entidade nacional doará 5 milhões (OCB, CNA, SENAR e SES- COOP).

Em Santa Catarina, segundo o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, a entidade fará licitação via SENAR/SC para aquisição de mais de nove mil cestas básicas, mediante investimento correspondente a 550 mil reais. O SINDICARNE fará o movimento via agroindústria e as demais entidades definirão sua participação em breve. O trabalho de ação social deverá ser coordenado pela Secretaria de Agricultura que indicará as regiões que mais necessitam do auxílio.

“Nosso setor não parou durante a pandemia e, neste momento, queremos manifestar o nosso espírito de solidariedade ao aderir a essa importante campanha para ajudar pessoas em vulnerabilidade social. Nos comprometemos em unir esforços para fazer a doação de alimentos visando contribuir com a segurança alimentar de pessoas que passam por dificuldades”, salienta o presidente da FAESC.

O encontro contou com a presença do secretário Altair Silva, dos ex-secretários Ricardo de Gouvêa e Odacir Zonta, além de representantes da FE- COAGRO, OCESC, SINDICARNE e SENAR/SC.

Agro Fraternal

CNA SENAR OCB IPA

Movimento do setor Agro para arrecadação e doação de alimentos

FAESC SENAR Santa Catarina

“Nosso setor não parou durante a pandemia e, neste momento, queremos manifestar o nosso espírito de solidariedade ao aderir a essa importante campanha para ajudar pessoas em vulnerabilidade social. Nos comprometemos em unir esforços para fazer a doação de alimentos visando contribuir com a segurança alimentar de pessoas que passam por dificuldades”.

José Zeferino Pedrozo, presidente do Sistema FAESC/SENAR-SC

AGRO+

SC: 14 ANOS SEM FEBRE AFTOSA

O status de área livre de aftosa sem vacinação conquistado por Santa Catarina é uma vitória de toda a cadeia produtiva da proteína animal: produtores rurais, indústria e governo. No dia 25 de maio, o Estado completou 14 anos como zona livre de febre aftosa sem vacinação reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Neste ano, Santa Catarina também completa 21 anos sem vacinar os rebanhos bovinos contra a febre aftosa. Essa medida foi decisiva para a obtenção do status sanitário de área livre da aftosa sem vacinação, conquista que contou com cooperação do Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (ICASA).

O ICASA foi criado em 2005 com objetivo de dar suporte à estrutura oficial de atenção sanitária agropecuária no Estado. “O efetivo apoio da equipe técnica do ICASA no atendimento dos produtores rurais e os Escritórios de Apoio à Comunidade (EACs) em mais de 250 municípios no Estado, ao longo desses anos, foi primordial para essa conquista e, sobretudo, para a manutenção desse diferencial no status sanitário catarinense”, salienta o conselheiro executivo do ICASA, Osvaldo Miotto Junior.



ESTANTE VIRTUAL

“Uma conquista histórica e muito esperada pelos produtores rurais. Agora, temos mais uma ferramenta para facilitar o acesso ao conhecimento e fortalecer o trabalho realizado com tanto êxito para fortalecer a profissionalização no campo”, destaca o superintendente do SENAR/SC, Gilmar Zanluchi, sobre o lançamento do aplicativo “Estante Virtual Coleção Senar”. A iniciativa possibilita acesso ao conteúdo de mais de 170 cartilhas virtuais utilizadas nos

treinamentos de produtores e trabalhadores rurais para a melhoria da produção agropecuária.

O aplicativo já pode ser baixado no celular ou tablet nas lojas da Apple e da Play Store. A ferramenta será de uso gratuito e demanda pouco espaço de armazenamento. Uma das vantagens é o acesso ao conteúdo no modo off-line depois de baixado no dispositivo móvel com internet. O app está disponível para dispositivos Android e IOS.



ATEG BOVINOCULTURA DE CORTE

O Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) iniciou, em maio, um novo grupo na área de Bovinocultura de Corte, na comunidade Figueira Grande, em Imaruá. A iniciativa é do SENAR/SC, órgão vinculado à FAESC, em parceria com o Sebrae e com o Sindicato Rural do município. As atividades contam com acompanhamento mensal feito por um técnico que visita as propriedades e inclui apoio da equipe de supervisores regionais e supervisores técnicos da ATeG. Ao todo estão em andamento 154 grupos do Programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) em nove áreas do agronegócio.

LUTO POR CASILDO MALDANER

A FAESC une-se às manifestações de pesar pelo falecimento do ex-governador de SC, Casildo Maldaner, ocorrido no dia 18 de maio. Com a compreensão dos grandes desafios dos novos tempos, conquistou o respeito de todos e foi grande apoiador das classes produtoras e, em especial, da agricultura catarinense.



Fique por dentro das melhores **oportunidades de trabalho** em SC

Cadastre-se

Acesse gratuitamente,
inscreva-se e saiba mais em

msce.santacatarinapelaeducacao.com.br



Parceria

